



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Subjetividade e Autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Revisão Integrativa

Pedro Antônio do Couto Ferreira Fonseca

Orientadora: Dra. Arianne Fidelis Alves Santana

Goiânia, 2026



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Pedro Antônio do Couto Ferreira Fonseca

Subjetividade e Autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Revisão Integrativa

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Dra. Ariana Fidelis Alves Santana

Goiânia, 2026

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

Curso de Psicologia

Eixo: Integração e Prática

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Professor(a): Dra. Ariana Fidelis

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

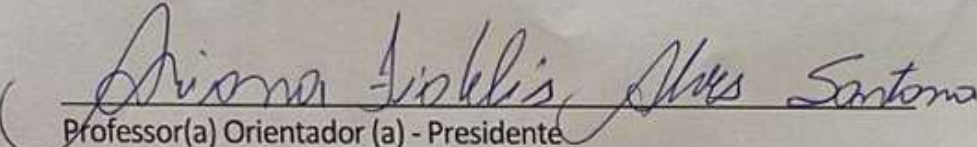
No dia 08 de Junho de 2026 às 20 horas, o (a)(s) estudante(s) **Pedro Antônio do Couto Ferreira Fonseca**, do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, expôs, em Sessão Pública de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, o trabalho intitulado **Subjetividade e Autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Revisão Integrativa** para a Banca de Avaliação composta pelos (as) docentes: **Ma. Ana Candida Cardoso Cantarelli (membro interno); Dra. Rose Helen Shimabuku (membro externo)**.

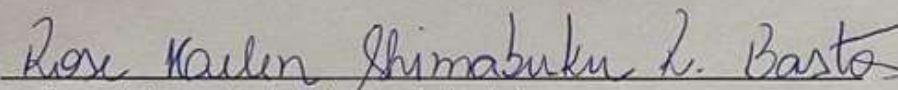
O trabalho da Banca de Avaliação foi conduzido pelo (a) docente Presidente que, inicialmente, após apresentar os docentes integrantes da Comissão, concedeu 20 minutos ao (a) estudante (a) para que este (a) expusesse o trabalho. Após a exposição, o (a) docente Presidente concedeu a palavra a cada membro convidado da Comissão para que estes arguissem o (a) estudante. Após o encerramento das arguições, a Banca de Avaliação, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do (a) estudante na exposição, considerada a trajetória deste (a) no desenvolvimento do TCC. Como resultado da avaliação, a Banca de Avaliação deliberou pela:

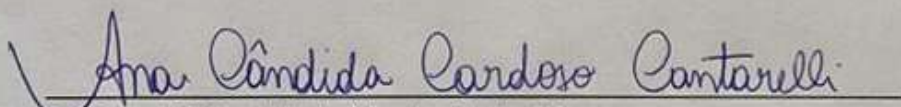
- ☒ Aprovação;
- ☐ Aprovação, condicionado às correções recomendadas pelos membros da banca;
- ☐ Reprovação.

Aprovação, condicionada às correções recomendadas pelos membros da banca:

A Banca de Avaliação conclui que o(a) estudante está APROVADO(A) condicionado às correções de forma e/ou conteúdo recomendados. As correções deverão ser indicadas no formulário de Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso. O(A) estudante terá o prazo de _____ dias para os ajustes e entrega da versão final ao professor (a) orientador (a), contado a partir da data da sessão de apresentação pública do TCC.


Professor(a) Orientador (a) - Presidente


Professor(a) Convidado (a) - Avaliador (a)


Professor(a) Convidado (a) - Avaliador (a)

Resumo

O presente estudo investigou, por meio de revisão integrativa da literatura, como a produção científica latino-americana tem discutido as relações entre subjetividade, autogestão e trabalho em Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Foram revisados 17 artigos, com predominância de pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina. Os resultados indicaram que as experiências autogestionárias favorecem a ampliação da participação coletiva, o fortalecimento dos vínculos cooperativos, o reconhecimento social e maior apropriação dos trabalhadores sobre a organização do trabalho, especialmente em experiências femininas de Economia Solidária. Ao mesmo tempo, os estudos evidenciaram contradições relacionadas às exigências de sustentabilidade econômica, à intensificação do trabalho e à permanência de desigualdades sociais e de gênero. Como limitações da literatura analisada, destacam-se a escassez de estudos quantitativos e comparativos, a concentração das pesquisas em determinados contextos nacionais, especialmente Brasil e Argentina, a heterogeneidade conceitual acerca da autogestão e a tendência normativa presente em parte das produções, dificultando generalizações mais amplas. Conclui-se que os EES constituem espaços atravessados simultaneamente por potencialidades de participação democrática, reconhecimento coletivo e transformação das relações de trabalho, mas também por limites estruturais vinculados às dinâmicas contemporâneas de precarização, sustentabilidade econômica e desigualdade social. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de aprofundar investigações sobre as dimensões psicossociais da autogestão nos diferentes contextos latino-americanos.

Palavras-chave: Autogestão; Subjetividade; Economia Solidária

Abstract

The present study investigated, through an integrative literature review, how Latin American scientific production has discussed the relationships between subjectivity, self-management, and labor in Solidarity Economy Enterprises (SEEs). A total of 17 articles were reviewed, with a predominance of studies conducted in Brazil and Argentina. The results indicated that self-managed experiences promote greater collective participation, strengthen cooperative ties, foster social recognition, and enhance workers' appropriation of work organization, especially in women-led Solidarity Economy experiences. At the same time, the studies revealed contradictions related to the demands of economic sustainability, work intensification, and the persistence of social and gender inequalities. Among the limitations of the analyzed literature are the scarcity of quantitative and comparative studies, the concentration of research in specific national contexts, particularly Brazil and Argentina, the conceptual heterogeneity surrounding self-management, and the normative tendency present in part of the literature, which restricts broader generalizations. It is concluded that SEEs constitute spaces simultaneously marked by the potential for democratic participation, collective recognition, and transformation of labor relations, as well as by structural constraints associated with contemporary dynamics of precarious work, economic sustainability, and social inequality. In this sense, there is a need for further investigations into the psychosocial dimensions of self-management across different Latin American contexts.

Keywords: self-management; subjectivity; solidarity economy.

Sumário

1.	Introdução.....	6
2.	Metodologia.....	10
3.	Resultados e Discussão.....	14
4.	Considerações Finais.....	37
5.	Referências.....	40

Subjetividade e Autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Revisão Integrativa

O trabalho ocupa posição central na constituição da vida social e nas formas pelas quais os sujeitos constroem experiências de pertencimento, reconhecimento e participação coletiva. Para além de sua dimensão econômica, o trabalho organiza relações sociais, produz modos de inserção nos grupos e participa da construção das experiências cotidianas dos trabalhadores. Nesse sentido, diferentes campos da Psicologia do Trabalho têm enfatizado que as formas de organização do trabalho influenciam não apenas a distribuição das atividades produtivas, mas também as possibilidades de participação, cooperação, autonomia e elaboração das experiências laborais (Dejours, 2012; Clot, 2010; Lancman & Sznclwar, 2011).

Desse modo, a organização do trabalho constitui-se como uma dimensão relevante para compreensão das relações estabelecidas entre os trabalhadores e suas atividades, especialmente no que se refere à divisão das tarefas, aos modos de gestão, à circulação das decisões e às formas de coordenação coletiva do trabalho. Em contextos organizacionais marcados por forte hierarquização e fragmentação das atividades, estudos da Psicodinâmica do Trabalho indicam que a limitação da participação dos trabalhadores sobre a organização da atividade pode intensificar vivências de sofrimento, desgaste e perda de sentido do trabalho (Dejours, 2004, 2012).

Por outro lado, experiências que ampliam a participação coletiva e a possibilidade de intervenção sobre o próprio trabalho podem favorecer maior compartilhamento das dificuldades cotidianas e fortalecimento das estratégias coletivas de enfrentamento das exigências laborais.

Assim, acredita-se que as cooperativas, ao promoverem espaços de diálogo, corresponsabilidade e construção coletiva das decisões, podem contribuir para o

fortalecimento dos vínculos sociais, da autonomia dos trabalhadores e da mobilização subjetiva frente às adversidades do trabalho (Mendes, 2007; Clot, 2010).

Desse modo, as formas cooperativas de organização do trabalho podem favorecer processos de construção subjetiva mais participativos e coletivos, na medida em que ampliam a autonomia dos trabalhadores, estimulam a corresponsabilidade e possibilitam maior envolvimento nas decisões relacionadas à atividade laboral. Ao mesmo tempo, esses espaços podem contribuir para a produção de sentidos compartilhados sobre o trabalho e para o fortalecimento dos vínculos sociais entre os sujeitos envolvidos.

Neste estudo, a subjetividade é compreendida a partir das experiências construídas pelos trabalhadores em sua relação com a organização do trabalho, envolvendo modos de participação, atribuição de sentidos à atividade laboral, formas de envolvimento com o trabalho e estratégias coletivas de enfrentamento das exigências cotidianas. Tal compreensão fundamenta-se especialmente nas contribuições da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, que analisam as relações entre organização laboral, experiência de trabalho e processos de construção subjetiva (Dejours, 2012; Clot, 2010). Assim, a subjetividade não é tomada como dimensão estritamente individual ou intrapsíquica, mas como processo constituído nas relações sociais e laborais construídas nos contextos investigados.

No âmbito da Psicodinâmica do Trabalho, a subjetividade é operacionalizada como o processo de produção e transformação do sentido da experiência laboral a partir do encontro entre organização do trabalho e investimento psíquico do trabalhador, mediado pela vivência de prazer e sofrimento, bem como pelas estratégias defensivas e coletivas mobilizadas frente às exigências do real do trabalho. Trata-se de uma construção situada e relacional, que se expressa nas formas de significação da atividade, nas modalidades de cooperação e reconhecimento e nas elaborações discursivas sobre o trabalho vivido (Dejours, 2012).

É nesse contexto que a autogestão emerge como tema relevante para os estudos sobre trabalho e subjetividade. De maneira geral, a autogestão refere-se a formas coletivas de organização nas quais os trabalhadores participam diretamente das decisões relacionadas à gestão das atividades produtivas, à divisão das responsabilidades e à condução política dos empreendimentos (Singer, 2002; Gaiger, 2004). Embora as experiências autogestionárias assumam configurações distintas, parte da literatura destaca como elementos recorrentes a gestão compartilhada, a participação nos processos decisórios e a redução relativa das hierarquias organizacionais tradicionais (Pires & Lima, 2017; Veronese & Guareschi, 2005).

Neste estudo, a autogestão foi compreendida como forma coletiva de organização do trabalho caracterizada pela participação direta dos trabalhadores nos processos decisórios, na coordenação das atividades produtivas e na gestão cotidiana dos empreendimentos. Embora os estudos revisados apresentem diferentes concepções de autogestão, foram considerados especialmente elementos relacionados à gestão compartilhada, à distribuição coletiva das responsabilidades, à participação em assembleias e à ampliação da participação dos trabalhadores nas decisões organizacionais (Singer, 2002; Gaiger, 2004; Pires & Lima, 2017). Essa delimitação buscou reduzir a heterogeneidade conceitual identificada na literatura e estabelecer parâmetros analíticos mais consistentes para interpretação dos estudos revisados.

Na América Latina, as experiências autogestionárias ganharam maior visibilidade especialmente a partir das transformações econômicas e produtivas intensificadas nas últimas décadas, em contextos marcados por desemprego estrutural, precarização do trabalho e reestruturação produtiva (Antunes, 2009; Singer, 2002). Nesse cenário, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) passaram a reunir cooperativas populares, fábricas recuperadas, associações produtivas, redes comunitárias e iniciativas coletivas organizadas em torno de princípios cooperativos e formas compartilhadas de gestão do trabalho (Gaiger, 2004; Singer, 2002).

As pesquisas sobre Economia Solidária na América Latina têm investigado diferentes dimensões dessas experiências, incluindo organização coletiva do trabalho, geração de renda, participação política, relações comunitárias e estratégias de permanência econômica dos empreendimentos (Nogueira, 2019; Torres & Subirán, 2021; Soares et al., 2023). Parte da literatura enfatiza potencialidades associadas à ampliação da participação dos trabalhadores nos processos organizativos e à construção de formas coletivas de gestão. Entretanto, os estudos também evidenciam dificuldades relacionadas à sustentabilidade financeira, intensificação das responsabilidades laborais, conflitos organizacionais e permanência de desigualdades sociais e de gênero nos contextos investigados (Pires & Lima, 2017; Presta, 2022; Oliveira et al., 2021).

Embora exista produção crescente sobre Economia Solidária e autogestão, observa-se que os estudos frequentemente abordam tais experiências a partir de perspectivas econômicas, sociológicas ou organizacionais, havendo menor sistematização das implicações psicossociais relacionadas às formas autogestionárias de organização do trabalho. Além disso, a literatura apresenta significativa heterogeneidade conceitual quanto à noção de autogestão e diferenças importantes entre os contextos organizacionais, territoriais e produtivos investigados.

Nesse sentido, a Psicodinâmica do Trabalho oferece contribuições relevantes para análise das experiências autogestionárias, especialmente ao possibilitarem compreensão das relações entre organização do trabalho, participação coletiva, experiência laboral e processos de construção de sentido no trabalho (Dejours, 2012). Entretanto, tais referenciais ainda aparecem de maneira relativamente dispersa na literatura sobre Economia Solidária, particularmente em estudos voltados às experiências latino-americanas.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar, por meio de revisão integrativa da literatura, como a produção científica latino-americana tem discutido as

relações entre subjetividade, autogestão e trabalho em Empreendimentos de Economia Solidária. Buscou-se identificar os principais temas abordados pelos estudos revisados, os modos pelos quais as experiências autogestionárias são descritas na literatura e as implicações psicossociais associadas à organização coletiva do trabalho nos contextos investigados.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, modalidade de investigação que possibilita reunir, sistematizar e descrever criticamente produções científicas acerca de determinado fenômeno, articulando diferentes delineamentos metodológicos e perspectivas analíticas (Souza et al., 2010). A escolha desse método mostrou-se pertinente ao objetivo de compreender como a literatura latino-americana tem abordado as relações entre autogestão, organização coletiva do trabalho e experiências subjetivas em Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

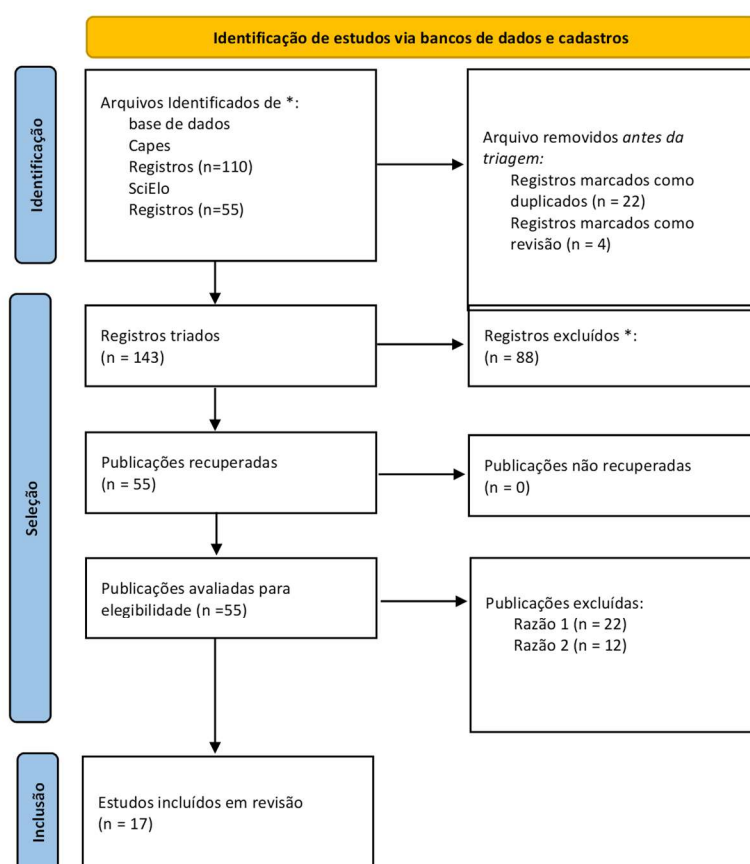
A condução da revisão seguiu as etapas propostas por Souza et al. (2010): (1) definição da questão norteadora; (2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) definição das estratégias de busca; (4) seleção e categorização dos estudos; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) síntese integrativa do conhecimento produzido.

A adoção da revisão integrativa também se justifica pela heterogeneidade da produção científica sobre Economia Solidária e autogestão, marcada pela coexistência de estudos organizacionais, investigações qualitativas sobre experiências de trabalho e análises voltadas às dimensões políticas e comunitárias dos empreendimentos. Nesse contexto, a revisão possibilitou identificar aproximações, divergências e lacunas presentes na literatura acerca das experiências laborais e psicossociais produzidas em contextos autogestionários.

O processo de busca e seleção dos estudos foi conduzido conforme as recomendações do PRISMA 2020 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*)

(Page et al., 2021), contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos. O gerenciamento das referências bibliográficas e a remoção de duplicidades foram realizados por meio do *software Mendeley Reference Manager* (Mendeley Ltd., 2024). O fluxo detalhado do processo de seleção dos estudos é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma Prisma



*: Estudos não empíricos e/ou fora do contexto latino-americano e da Economia Solidária.

Razão 1: Insuficiente abordagem da autogestão nos processos de organização do trabalho

Razão 2: Ausência de abordagem sobre subjetividade ou dimensões psicossociais do trabalho

As buscas foram realizadas nas bases Portal de Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO), selecionadas por sua relevância para as áreas da Psicologia, Ciências Humanas e Saúde do Trabalhador, além de sua representatividade na produção científica latino-americana.

As buscas ocorreram entre agosto de 2025 e março de 2026 e as estratégias de busca foram estruturadas a partir dos seguintes descritores e operadores booleanos: “autogest* AND subjetiv*” e “economia solidária AND autogest*”. O uso do operador truncado (*) permitiu recuperar variações terminológicas relacionadas aos termos pesquisados, como “autogestão”, “autogestionário”, “subjetividade” e “subjetivação”.

Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2015 e 2026, revisados por pares, disponíveis integralmente em português, inglês ou espanhol, que abordassem experiências de autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária e suas implicações nas relações de trabalho, nos processos organizativos ou nas experiências laborais dos participantes.

Também foram considerados estudos que, embora não investigassem explicitamente dimensões subjetivas, apresentassem descrições empíricas sobre participação nas decisões, organização coletiva do trabalho, conflitos organizacionais, cooperação ou experiências relacionadas ao cotidiano laboral, desde que tais elementos fossem relevantes para os objetivos da revisão.

Foram excluídos dissertações, teses, monografias, capítulos de livro, editoriais, revisões de literatura, estudos documentais, análises bibliométricas e metanálises. Também foram excluídos estudos nos quais a autogestão aparecia apenas de forma secundária, sem discussão sobre organização coletiva do trabalho, participação nas decisões ou dinâmicas relacionais nos empreendimentos analisados. Da mesma forma, foram excluídos trabalhos centrados exclusivamente em aspectos administrativos, financeiros ou institucionais dos

empreendimentos, sem descrição das experiências de trabalho ou das relações estabelecidas entre os participantes.

A delimitação ao contexto latino-americano justifica-se pela relevância histórica assumida pelas experiências cooperativas, autogestionárias e de Economia Solidária na região, especialmente em países marcados por reestruturações produtivas, desemprego estrutural e fortalecimento de movimentos sociais vinculados à organização coletiva do trabalho (Singer, 2002; Gaiger, 2009).

A inclusão de estudos que não abordavam explicitamente a categoria subjetividade decorre do entendimento de que experiências relacionadas ao trabalho podem manifestar-se de maneira indireta nos relatos sobre organização da atividade, participação coletiva, conflitos, estratégias de permanência e relações estabelecidas entre os trabalhadores. Assim, buscou-se contemplar produções capazes de fornecer elementos empíricos relevantes para a compreensão das dimensões psicossociais presentes nos contextos autogestionários.

A análise dos estudos ocorreu em três etapas articuladas. Inicialmente, realizou-se leitura exploratória e compreensiva dos artigos selecionados, com atenção aos objetivos, delineamentos metodológicos, conceitos mobilizados e principais resultados apresentados pelos autores. Em seguida, foram identificados elementos recorrentes relacionados às formas de organização do trabalho, participação coletiva, conflitos, experiências laborais, relações de cooperação e condições de permanência nos empreendimentos.

Posteriormente, os conteúdos identificados foram agrupados por aproximação temática, resultando na construção de eixos analíticos que sintetizaram regularidades e tensões presentes na literatura revisada. A interpretação das categorias foi realizada em diálogo com a Psicodinâmica do Trabalho e com a perspectiva hermenêutico-dialética, buscando preservar a centralidade empírica dos estudos analisados e evitar sobreposições teóricas às produções revisadas.

A perspectiva hermenêutico-dialética mostrou-se pertinente por possibilitar a análise das produções científicas considerando tanto os sentidos atribuídos pelos autores às experiências autogestionárias quanto as contradições sociais, organizacionais e econômicas que atravessam os contextos investigados (Minayo, 2014).

Resultados e Discussões

Os resultados apresentados a seguir estão organizados a partir do objetivo deste estudo, que consistiu em investigar, por meio de revisão integrativa da literatura, como a produção científica latino-americana tem discutido as relações entre subjetividade, autogestão e trabalho em Empreendimentos de Economia Solidária. Nesse sentido, buscou-se identificar os principais temas abordados pelos estudos revisados, os modos pelos quais as experiências autogestionárias são descritas na literatura e as implicações psicossociais associadas à organização coletiva do trabalho nos contextos investigados.

A Tabela 1 sintetiza as principais características dos 17 estudos incluídos na revisão reunindo informações referentes aos autores, título, periódico, ano de publicação, idioma, tipo de pesquisa, local do estudo, objetivos, participantes, ferramentas metodológicas, principais resultados e conclusões

Tabela 1 - Síntese analítico-metodológica dos estudos constituintes do corpus

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Presta, S. R. (2022). Trabajo y valor en procesos de trabajo cooperativos: Consideraciones a partir del caso de una cooperativa de software libre. <i>Estudios del Trabajo</i> , 63, 118–142.	Argentina (Tandil)	Qualitativa; Trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas.	10 integrantes de uma cooperativa de software livre.	Espanhol	Demonstrou-se que imperativos de eficiência capitalista persistem em cooperativas de tecnologia. O tempo de trabalho impago é naturalizado como uma "retribuição emocional", onde a subjetividade do "empreendedor" mascara a sobre-exploração para garantir a viabilidade da empresa no mercado de software.	A autogestão tecnológica enfrenta o dilema de subsidiar o empreendimento através da subjetividade e do tempo pessoal dos sócios.
Pires, A. S., & Lima, J. C. (2017). Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: Os dilemas da gestão coletiva do trabalho. <i>Caderno CRH</i> , 30(79), 95–108.	Brasil	Longitudinal; Visitas e entrevistas com gestores e trabalhadores.	10 fábricas recuperadas (setores metalúrgicos, têxtil, plástico).	Português	Após 20 anos, as fábricas apresentam um "dualismo interno": a distinção entre os sócios originais e novos trabalhadores contratados como assalariados, o que as aproxima de empresas tradicionais. Embora a redução da hierarquia e a estabilidade no emprego sejam vistas positivamente, as pressões de mercado limitam a radicalidade da autogestão.	A integração ao mercado de massa muitas vezes dilui os ideais originais de gestão coletiva.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Orlando Sotto, J. T., & Serafino, E. (2016). Fortalecimiento de la (auto)gestión de cooperativas de trabajo en el marco de la economía social y solidaria en la ciudad de Santa Fe. <i>+E Revista de Extensión Universitaria</i> , 6(6), 134–145.	Argentina (Santa Fe)	Pesquisa-Ação Participante (IAP); Oficinas e formação.	Cooperativas de trabalho (construção e serviços).	Espanhol	O projeto de extensão universitária consolidou a capacidade administrativa (controle de custos e comercialização) e melhorou a distribuição interna de tarefas. Houve um fortalecimento institucional no diálogo das cooperativas com o Estado e a universidade.	A formação técnica e o acompanhamento externo são vitais para converter a vontade de cooperação em viabilidade econômica sustentável.
Soares, M. N. M., Rebouças, S. M. D. P., & Lázaro, J. C. (2023). A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. <i>Organizações & Sociedade</i> , 30(106).	Brasil (Ceará)	História oral temática; ACD; Observação direta (55h).	5 produtoras líderes e 26 empreendimentos da Rede RESF.	Português	A aprendizagem ocorre de forma não hierárquica através do "saber-na-prática", onde conhecer não se separa do fazer. A rede funciona como um espaço de cuidado mútuo e reciprocidade, onde a troca de experiências de vida fortalece a identidade feminista e a autogestão	A autogestão feminista subverte as lógicas tradicionais de treinamento, priorizando o pertencimento e a valorização do trabalho da mulher.

Referência	Contexto	Delimitação e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Soares, M. N. M., Rebouças, S. M. D. P., & Lázaro, J. C. (2024). A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. <i>Cadernos EBAPE.BR</i> , 22(3).	Brasil (Ceará)	História oral; ACD; Pesquisa documental e diário de campo.	Mulheres da economia solidária (Rede RESF).	Português	Identificou-se uma "gestão orgânica", onde os conflitos não são ocultados, mas tratados como processos de aprendizagem coletiva. A comunicação horizontal permite resoluções rápidas baseadas na confiança, contrapondo-se à racionalidade instrumental burocrática do Estado e parceiros externos.	Conclusão: A autogestão permite gerir tensões de forma mais satisfatória que a heterogestão tradicional.
Oliveira, D., Ferrarini, A., & Grzybovski, D. (2024). Inovação social rural em práticas de economia solidária no coletivo Cooptar (Sul do Brasil). <i>Cadernos EBAPE.BR</i> , 22(3).	Brasil (Rio Grande do Sul)	Estudo de caso único; Pesquisa documental e 24 entrevistas.	Famílias da Cooptar (assentamento do MST).	Português	O coletivo transitou da lógica da monocultura para a sustentabilidade agroecológica, promovendo mudanças estruturais no modo de vida e produção. Um resultado crucial é o protagonismo da segunda geração: jovens universitários planejam retornar à cooperativa, garantindo a sucessão e a inovação contínua.	A inovação social rural depende da resignificação mística e política do trabalho na terra.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Takahashi, M. A. B. C., & Mandl, A. T. (2024). De “cachimbos” a operadores: Uma nova existência social na fábrica sob gestão operária. <i>Revista Brasileira de Saúde Ocupacional</i> , 49.	Brasil (Sumaré/SP)	História oral; Testemunhos e histórias de vida.	4 trabalhadores (produção e adm.) da Flaskô.	Português	A democratização radical (redução de jornada para 30h, livre circulação de informação) aumentou o "poder de agir" e a saúde mental dos operários. A fábrica operou por 15 anos sob gestão operária sem registro de acidentes ou doenças ocupacionais, um fato raro no modelo capitalista.	Conclusão: A subjetividade operária transforma-se de "invisível" (no lixo reciclável) em protagonista da produção.
Rodríguez Quiñónez, D. A., Gómez Mutis, S. A., Barbosa, W. Y. A., Pérez Olmos, L. M., Silva Giraldo, C. A., Niño Liévano, F. A., González Clavijo, L. P., Dugarte Mendoza, J. S., Suárez Suárez, D. A., & Caballero Márquez, J. A. (2023). Emprendimiento rural generacional con enfoque de género: experiencias significativas en el Magdalena Medio Colombiano. <i>Revista Boletín Redipe</i> , 12(3), 214–228.	Colômbia (Magdalena Medio)	Qualitativa; Identificação de agentes e seguimento.	Mulheres e jovens rurais em associações agroeconômicas.	Espanhol	O sucesso dos empreendimentos está ligado à coesão comunitária e à estabilidade garantida pela posse da terra. A inovação e a qualidade agroecológica funcionam como vantagens competitivas que minimizam as barreiras de entrada no mercado municipal.	O empoderamento econômico feminino requer um equilíbrio entre interesses pessoais, familiares e coletivos.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Heras Monner Sans, A. I., Miano, A., & Pagotto, M. A. (2017). Una apuesta por la vida: ética y estética en formas colectivo-solidarias. <i>Nómaditas</i> , 46, 95–109	Argentina (várias províncias)	Etnografia e Análise Institucional; Vídeos e oficinas.	Movimento de Trabalhadores Autogeridos (MTA).	Espanhol	As práticas autogestionárias criam uma proposta ética ligada ao "gozo e sustento da vida", indo além da mera produção de mercadorias. As dinâmicas assembleares facilitam a gestão de grupos pequenos (até 9 membros), preservando o sentido coletivo do trabalho. . Na fragmentação da hipermodernidade, a autogestão atua como uma "instância instituinte" que desafia o imaginário gerencial capitalista. Ela permite que o trabalhador ressignifique sua trajetória laboral em um cenário de incertezas e identidades líquidas.	Essas formas de produzir a existência interpelam e desafiam os sentidos do capitalismo contemporâneo
Weisz Kohn, C. B. (2016). Diversificación y fragmentación del mundo del trabajo en la hipermodernidad. <i>Psicología, Conocimiento y Sociedad</i> , 6(2), 55–77.	Uruguai	Psicossociologia e Sociologia Clínica; Biográfica.	Trabalhadores em fábricas recuperadas e cooperativas.	Espanhol	A transição de assalariado para gestor exige uma reconfiguração subjetiva profunda, superando o sofrimento e a alienação capitalista através do "fazer com o outro". A continuidade do trabalho é alcançada pela apropriação coletiva do domínio da produção.	O projeto autogestionário traz espaços de autonomia e criação necessários para enfrentar a precarização sistêmica.
Nogueira, M. L. (2019). Entre la precariedad y la autogestión: reconfiguraciones en las subjetividades inherentes a los trabajadores de las empresas pesqueras recuperadas de Necochea y Quequén (Argentina). <i>Trabajo y Sociedad</i> , 32, 121–139.	Argentina (Necochea/Quequén)	Qualitativa; Entrevistas com membros de coletivos.	Trabalhadores da pesca recuperada (Engraucop).	Espanhol		As subjetividades inseridas em ambientes autogeridos redefinem seu vínculo com a identidade profissional e com o coletivo.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Ramalho, R. R. (2024). Modelo analítico sobre las empresas recuperadas argentinas: El circuito pedagógico de la recuperación. <i>Sociologias</i> , 26.	Argentina (Buenos Aires)	Etnografia; Teoria de Paulo Freire aplicada ao conflito.	Trabalhadores metalúrgicos da ERT IMPA.	Espanhol	A recuperação de uma empresa é um "circuito pedagógico" de conscientização. O trabalhador passa da resignação à apropriação coletiva dos meios de produção, superando a "subjetividade asalariada". Discordâncias internas persistem, mas o comprometimento coletivo subverte a lógica opressora. A autogestão do habitat urbano promove o empoderamento feminino e transforma as relações de gênero dentro e fora de casa. A prática coletiva de construir a própria moradia gera um novo tipo de cidadania urbana ativa.	Processos de formação e educação cívica ocupam lugar central para sustentar a autogestão no longo prazo.
Rodríguez, M. C., & Arqueros Méjica, M. S. (2020). De pacientes a discentes: Mujeres en la producción autogestionaria del hábitat. <i>Revista Nodo</i> .	Argentina (Buenos Aires)	Qualitativa/Social; Análise de trajetórias residenciais.	Cooperativas de moradia e habitat (Movimento MOI).	Espanhol	A transição envolveu a incorporação de novos conhecimentos (administração, gestão de estoques) e a superação da figura do "patrão" como única autoridade. O sucesso depende da solidez dos vínculos cooperativos diante de um mercado altamente restritivo.	Políticas habitacionais baseadas na autogestão são mais eficazes na inclusão social que programas tradicionais "llave en mano".
Torres, M. A., & Subirán, C. A. (2021). Las empresas recuperadas por la vía de la autogestión en Tucumán: Consideraciones a partir de una experiencia del sector gastronómico. <i>Revista de la Facultad de Ciencias Económicas</i> , 27(2).	Argentina (Tucumán)	Descritivo e interpretativo; Entrevistas semiestruturadas.	Sócios da cooperativa gastronômica "La Esquina".	Espanhol		O êxito da empresa recuperada é condicionado pela capacidade de sustentar o compromisso coletivo sob pressões econômicas externas.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Mantovani, V., Oliveira, A., & Bono, J. (2022). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. <i>Interações (Campo Grande)</i> .	Brasil (Sergipe)	Interdisciplinar e qualitativa; Grupo focal e observação.	21 sócias da Assoc. de Mulheres “Resgatando sua História”.	Português	As mulheres apropriaram-se de instrumentos de controle (caderno de horas, fluxo de caixa) adaptando-os à realidade sertaneja, sem foco exclusivo no lucro. A tomada de decisão é democrática e transparente (via atas de assembleias), gerando alta confiança mútua. Práticas de autogestão e comércio de ciclo curto promoveram o desenvolvimento pessoal e o reconhecimento do trabalho feminino, antes invisível. O envolvimento com a economia solidária permitiu que mulheres saíssem do isolamento doméstico para ocupar espaços políticos e sociais.	A autogestão feminina rural é um instrumento de mudança social e emancipação que rompe com hierarquias patriarcais.
Oliveira, B. L. S. S., Silva, J. G. S., & Lima, L. R. O. (2021). Contribuição da economia solidária nas experiências da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana-Bahia-Brasil. <i>Revista Grifos</i> , 30(53), 118–137.	Brasil (Riacho de Santana/BA)	Qualitativa exploratória e Pesquisa-Ação; Mapa falado.	114 mulheres camponesas (Assoc. AMMCRS).	Português	O projeto resultou em melhorias tangíveis na organização financeira, no marketing (criação de logos e etiquetas) e na diversificação da produção (ex: sabão ecológico). Observou-se um fortalecimento da identidade coletiva e maior autonomia decisória das mulheres.	A experiência desperta a percepção de novas possibilidades de sobrevivência coletiva, superando as limitações do deserto rural.
Nascimento, E. M. do, Abreu, T. L. de, & Rolim, W. V. (2020). <i>MULHERAR: Vivências e experiências solidárias</i> . Revista Gestão e Organizações, 5(2).	Brasil (Paraíba)	Qualitativa e Materialismo Histórico-dialético; Observação.	38 pessoas em 3 empreendimentos femininos de Guarabira.	Português		A autogestão é um processo de construção contínua que exige união de esforços para superar as regras do sistema capitalista.

Referência	Contexto	Delineamento e Instrumentos	Participantes e Empreendimento	Idioma	Resultados	Conclusões
Zanetoni, J. P. F., Knoner, J. M. L., Mariani, M. A. P., & Araújo, G. C. (2025). Práticas de economia solidária como alternativa para geração de renda na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, MS. <i>Interações (Campo Grande)</i> .	Brasil (Furnas do Dionísio)	Pesquisa-Ação Participante	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio	Português	Demonstra viabilidade da economia solidária em comunidades rurais Integra autogestão com geração de renda Evidencia papel social (juventude e gênero)	a economia solidária e a autogestão em comunidades quilombolas podem fortalecer a organização coletiva e gerar renda por meio de atividades como o turismo comunitário e a produção local. Apesar disso, os resultados são limitados por um número reduzido de interlocutores e dependência de entrevistas online, o que restringe a abrangência das conclusões.

O corpus final da revisão foi composto majoritariamente por estudos qualitativos desenvolvidos nos contextos brasileiro e argentino, além de algumas produções provenientes do Uruguai e da Colômbia. A predominância de pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina relaciona-se à relevância histórica assumida pelas experiências de cooperativismo popular, fábricas recuperadas e movimentos de Economia Solidária nesses países, particularmente em contextos marcados por desemprego estrutural, reestruturação produtiva e crises econômicas recentes (Singer, 2002; Antunes, 2009).

No contexto argentino, predominam estudos voltados às empresas recuperadas por trabalhadores e às experiências industriais autogestionárias surgidas em meio às crises econômicas e ao fechamento de fábricas. As pesquisas enfatizam especialmente os processos de reorganização coletiva do trabalho, os conflitos relacionados à manutenção produtiva dos empreendimentos e as tensões entre autonomia organizacional e sobrevivência econômica (Nogueira, 2019; Torres & Subirán, 2021; Ramalho, 2024; Heras Monner Sans et al., 2017).

Nas pesquisas brasileiras, observa-se maior diversidade de experiências investigadas, abrangendo cooperativas populares, associações rurais, redes feministas de Economia Solidária e iniciativas comunitárias de produção coletiva. Diferentemente da literatura argentina, mais concentrada em experiências industriais urbanas, os estudos brasileiros enfatizam também relações entre autogestão, território, trabalho comunitário, geração de renda e organização coletiva em contextos de vulnerabilidade social (Soares et al., 2023a, 2024; Oliveira et al., 2024; Mantovani et al., 2022; Oliveira et al., 2021).

Também foram observadas diferenças relevantes quanto aos territórios investigados. Enquanto os estudos argentinos concentram-se majoritariamente em contextos urbanos e industriais, especialmente em fábricas recuperadas, as pesquisas brasileiras apresentam maior diversidade territorial, abrangendo experiências rurais, associações comunitárias, redes femininas de produção coletiva e empreendimento situados no semiárido nordestino. Essas

diferenças territoriais indicam que as experiências autogestionárias não se organizam de maneira homogênea, variando conforme o tipo de atividade produtiva, as condições econômicas locais, as formas de inserção comunitária e os modos de organização do trabalho presentes em cada contexto investigado.

Em relação ao delineamento metodológico, observou-se forte predominância de pesquisas qualitativas, estudos etnográficos, investigações participativas e pesquisas fundamentadas em história oral, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. Também foram identificadas metodologias participativas e dispositivos coletivos de produção de dados, como grupos focais, cartografia social e rodas de conversa. A predominância dessas abordagens mostra-se coerente com os objetivos das pesquisas analisadas, que buscaram compreender formas de organização do trabalho, experiências cotidianas dos participantes, relações coletivas e dinâmicas construídas nos empreendimentos autogestionários.

Os trabalhos de Takahashi e Mandl (2024) e Soares et al. (2023a), por exemplo, utilizam história oral como estratégia de acesso às trajetórias de trabalho e às experiências narradas pelos participantes, enquanto Ramalho (2024) mobiliza etnografia de longa duração articulada a referenciais inspirados em Paulo Freire e Pierre Bourdieu. De maneira geral, essa característica demonstra que o campo da Economia Solidária vem sendo investigado prioritariamente a partir das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores, com ênfase nas relações de trabalho, nos processos organizativos e nas dinâmicas coletivas produzidas nos empreendimentos.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à heterogeneidade conceitual do termo autogestão. Embora a categoria apareça de maneira recorrente em todos os estudos, não há uniformidade em sua definição teórica ou operacional. Em parte da literatura, a autogestão é associada principalmente à democratização das decisões organizacionais e à horizontalização

administrativa, como em Pires e Lima (2017). Em outros trabalhos, aparece vinculada à autonomia política, à reorganização das relações de trabalho e à transformação das relações sociais de produção, como nos estudos de Takahashi e Mandl (2024), Ramalho (2024) e Heras Monner Sans et al. (2017).

Nas pesquisas sobre experiências feministas de Economia Solidária, a autogestão assume ainda sentidos relacionados ao cuidado, à reciprocidade, à aprendizagem coletiva e à construção comunitária de autonomia feminina, conforme discutido por Soares et al. (2023a, 2024) e Oliveira et al. (2021). Já em estudos voltados às cooperativas submetidas a pressões mercantis, como o de Presta (2022), a autogestão aparece tensionada pela lógica da eficiência, da competitividade e da sobrevivência econômica.

Essa polissemia indica que a autogestão não constitui categoria conceitualmente homogênea no campo da Economia Solidária. Os estudos revisados atribuem ao termo significados distintos, que variam entre formas de gestão compartilhada, estratégias de sobrevivência econômica, experiências de participação política, práticas comunitárias de organização do trabalho e propostas de transformação das relações produtivas.

Nesse sentido, a heterogeneidade conceitual identificada na literatura parece menos associada a fragilidades analíticas do campo e mais à diversidade de experiências históricas, organizacionais e territoriais abrangidas pela noção de autogestão na América Latina.

De maneira geral, os estudos analisados evidenciam que os Empreendimentos de Economia Solidária constituem espaços marcados por dinâmicas heterogêneas e frequentemente contraditórias. Embora parte da literatura destaque ampliação da participação coletiva, fortalecimento de vínculos comunitários e maior envolvimento dos trabalhadores nas decisões organizacionais, os estudos também identificam dificuldades relacionadas à sustentabilidade econômica, conflitos internos, sobrecarga de trabalho e permanência de desigualdades sociais e de gênero nos contextos investigados.

Esses elementos indicam que as iniciativas analisadas não podem ser compreendidas de forma homogênea ou idealizada, exigindo análises capazes de considerar simultaneamente suas potencialidades organizativas e os limites materiais que atravessam sua sustentação cotidiana.

Após a leitura integral dos estudos selecionados, a literatura revisada foi organizada em quatro eixos temáticos construídos a partir das recorrências analíticas identificadas na literatura revisada: (1) Autogestão, participação coletiva e produção de sentido no trabalho (2) Reconhecimento, cooperação e construção coletiva da saúde no trabalho; (3) Gênero, cuidado e divisão sexual do trabalho nos EES; e (4) Contradições entre emancipação e adaptação à lógica mercantil

A definição dos eixos buscou agrupar elementos recorrentes nos estudos analisados, considerando tanto aspectos relacionados à organização cotidiana do trabalho quanto às experiências laborais, relações coletivas, conflitos organizacionais e condições de permanência nos empreendimentos autogestionários.

Autogestão, Participação Coletiva e Produção de Sentido no Trabalho:

Parte significativa dos estudos analisados concentrou-se inicialmente nas dimensões organizacionais, produtivas e comunitárias da Economia Solidária, especialmente no que se refere à geração de renda, fortalecimento coletivo, desenvolvimento local e ampliação da participação democrática. Nesse grupo, destacaram-se os trabalhos de Orlando Sotto e Serafino (2016), Oliveira, Ferrarini e Grzybovski (2024), Zanetoni et al. (2025) e Mantovani, Oliveira e Bono (2022), os quais enfatizaram práticas de fortalecimento cooperativo, aprendizagem organizacional, inovação social rural e desenvolvimento comunitário.

O estudo de Orlando Sotto e Serafino (2016), realizado na cidade de Santa Fé, evidenciou que oficinas participativas e atividades de capacitação contribuíram para a

sustentabilidade das cooperativas de trabalho entre os participantes. Os autores identificaram que as práticas de formação estimularam maior engajamento dos trabalhadores nos processos de autogestão e favoreceram a continuidade das iniciativas cooperativas.

De forma semelhante, Oliveira, Ferrarini e Grzybovski (2024), ao investigarem o coletivo Cooptar no Sul do Brasil, identificaram que práticas de inovação social rural contribuíram para transformações nas relações sociais e familiares, fortalecimento da sustentabilidade econômica e ampliação da participação coletiva. Os autores observaram ainda processos de redução parcial das desigualdades sociais e consolidação de práticas cooperativas no contexto rural.

No mesmo sentido, Zanetoni et al. (2025), ao analisarem práticas de Economia Solidária na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, evidenciaram a viabilidade da organização coletiva como estratégia de geração de renda e fortalecimento comunitário. O estudo destacou que a autogestão contribuiu para ampliar a participação social, especialmente entre jovens e mulheres ampliando vínculos comunitários e práticas cooperativas de trabalho.

Em conjunto, esses estudos sugerem que os Empreendimentos de Economia Solidária ultrapassam a dimensão estritamente econômica, configurando-se também como espaços de reorganização das relações sociais, fortalecimento comunitário e produção de novas formas de participação coletiva (Singer, 2002; Gaiger, 2009; França Filho & Laville, 2004). Os estudos sugerem que práticas cooperativas e participação coletiva impactam diretamente as experiências subjetivas dos trabalhadores. O que aponta que tais experiências podem favorecer reconhecimento, cooperação e elaboração coletiva das dificuldades laborais. (Dejours, 2004; Molinier, 2003; Clot, 2010).

Ainda no campo das experiências comunitárias e associativas, Mantovani, Oliveira e Bono (2022) identificaram que a Associação de Mulheres Resgatando sua História, localizada no semiárido sergipano, desenvolveu um modelo funcional de autogestão adaptado às

condições locais. os achados da pesquisa demonstraram que a prática de autogestão da Associação foi capaz de produzir efeitos subjetivos e relacionais relevantes no cotidiano das trabalhadoras como: maior autonomia feminina, protagonismo das associadas e constituição de redes baseadas em confiança, reciprocidade e engajamento coletivo.

Nessa perspectiva, os achados apresentados por Mantovani, Oliveira e Bono (2022) permitem compreender que as práticas autogestionárias, para além de sua dimensão operacional, produzem efeitos subjetivos e relacionais relevantes no cotidiano das trabalhadoras. A constituição de vínculos cooperativos, sustentados pela participação coletiva e pelo compartilhamento das responsabilidades organizacionais, contribui para a construção de espaços de pertencimento e reconhecimento mútuo. Desse modo, a autogestão aparece não apenas como mecanismo organizacional, mas também como espaço de reconhecimento social e fortalecimento identitário. (Dejours, 2004; Enriquez, 1997; Cançado, Pereira & Tenório, 2015).

De maneira geral, os estudos desse eixo indicam que as experiências comunitárias e cooperativas analisadas favorecem ampliação da cooperação, fortalecimento dos vínculos coletivos e maior participação dos trabalhadores na organização do trabalho, elementos frequentemente associados à ampliação do poder de agir coletivo e à construção compartilhada de estratégias frente às exigências do trabalho contemporâneo (Clot, 2010; Dejours, 2017; Antunes, 2018).

Entretanto, os próprios estudos também demonstram que tais experiências permanecem atravessadas por limites materiais relacionados à sustentabilidade econômica dos empreendimentos e às condições estruturais do trabalho contemporâneo. Assim, a autogestão não aparece como superação automática das contradições do trabalho, mas como processo coletivo permanentemente tensionado entre práticas de solidariedade, reconhecimento e participação democrática, por um lado, e exigências de sobrevivência

econômica e precarização social, por outro (Enriquez, 1997; Antunes, 2018; Pires & Lima, 2017; Presta, 2022).

Reconhecimento, Cooperação e Construção Coletiva da Saúde no Trabalho:

Os estudos centrados nas experiências subjetivas do trabalho autogestionário evidenciaram que os processos de reconhecimento, cooperação e participação coletiva ocupam lugar central na mobilização subjetiva dos trabalhadores e na construção coletiva da saúde no trabalho. Nas experiências analisadas, especialmente em fábricas recuperadas e cooperativas de trabalhadores, observou-se que a ampliação da participação nos processos decisórios favoreceu formas de apropriação coletiva da atividade laboral, fortalecimento dos vínculos entre os trabalhadores e ampliação do poder de agir frente às exigências concretas do trabalho.

Nesse conjunto, destacaram-se especialmente as investigações desenvolvidas em fábricas recuperadas, cooperativas de trabalhadores e experiências industriais autogestionárias, como observado nos estudos de Takahashi e Mandl (2024), Nogueira (2019), Torres e Subirán (2021), Presta (2022), Pires e Lima (2017), Heras Monner Sans, Miano e Pagotto (2017) e Kohn (2016).

Takahashi e Mandl (2024), ao investigarem a experiência da Flaskô, identificaram mudanças subjetivas associadas à democratização das relações de trabalho. Segundo os autores, a ampliação da circulação de informações e da participação coletiva nas decisões favoreceu maior envolvimento dos trabalhadores na organização da atividade laboral. Além disso, observaram fortalecimento da autonomia coletiva, do poder de agir e dos vínculos entre os trabalhadores, elementos associados à ampliação do reconhecimento e à preservação da saúde no trabalho.

De maneira semelhante, Torres e Subirán (2021) demonstraram que a transição do trabalho assalariado para modelos cooperativos favoreceu processos de aprendizagem política, reorganização dos vínculos laborais e ampliação da participação democrática nas assembleias de trabalhadores. Os autores também observaram que a gestão coletiva exigia construção contínua de acordos cooperativos e fortalecimento dos vínculos entre os participantes, produzindo novas formas de pertencimento e reconhecimento coletivo no trabalho.

Já Nogueira (2019), ao analisar empresas pesqueiras recuperadas na Argentina, identificou que os trabalhadores vivenciavam constantes tensões relacionadas à reorganização coletiva do trabalho, especialmente diante das inseguranças econômicas e das dificuldades de sustentabilidade das cooperativas. Embora os trabalhadores relatassem fortalecimento do pertencimento coletivo e maior participação na organização da atividade laboral, persistiam experiências de sofrimento associadas à instabilidade econômica e às responsabilidades compartilhadas pela continuidade do empreendimento.

Embora os estudos apresentem contextos distintos, observa-se convergência importante quanto aos efeitos subjetivos produzidos pelas experiências autogestionárias. Nas fábricas recuperadas e cooperativas de trabalhadores, a ampliação da participação nos processos decisórios favoreceu fortalecimento do poder de agir, maior apropriação coletiva da atividade laboral e reorganização democrática das relações de trabalho.

Em conjunto, as pesquisas desse eixo sugerem que os processos de reconhecimento e mobilização subjetiva nos EES permanecem associados à ampliação da cooperação, do pertencimento coletivo e da participação dos trabalhadores na organização do trabalho. As experiências analisadas indicam que a autogestão pode favorecer formas coletivas de construção de sentido e maior envolvimento dos trabalhadores com a atividade laboral (Takahashi & Mandl, 2024; Torres & Subirán, 2021; Heras Monner Sans, Miano & Pagotto,

2017). Sob essa perspectiva, os empreendimentos autogestionários podem ser compreendidos não apenas como mecanismos organizacionais de gestão coletiva, mas também como espaços capazes de produzir importantes reorganizações subjetivas nas experiências de trabalho (Dejours, 2017; Clot, 2010).

Gênero, Cuidado e Divisão Sexual do Trabalho nos EES:

Outro núcleo temático recorrente na literatura refere-se às relações entre autogestão, gênero e reorganização das experiências femininas de trabalho. Nesse conjunto, destacaram-se as pesquisas de Rodríguez e Méjica (2020), Soares, Rebouças e Lázaro (2023; 2024), Oliveira et al. (2021), Rodríguez Quiñónez et al. (2023) e MULHERAR (2020).

Rodríguez e Méjica (2020), ao analisarem cooperativas vinculadas ao Movimento de Ocupantes e Inquilinos de Buenos Aires, identificaram importantes transformações nas relações de gênero e nos processos de subjetivação das mulheres participantes. As autoras observaram ampliação da autonomia feminina, fortalecimento da participação política, construção de redes de apoio e processos de despatriarcalização vinculados às práticas autogestionárias.

De maneira semelhante, Soares, Rebouças e Lázaro (2023), ao investigarem práticas feministas de autogestão na Rede Feminista da Economia Solidária (RESF), evidenciaram que os processos de aprendizagem coletiva e em rede favoreceram o fortalecimento das mulheres participantes, especialmente no desenvolvimento de estratégias de cooperação, compartilhamento de experiências e construção coletiva de conhecimento.

Posteriormente, Soares, Rebouças e Lázaro (2024) aprofundaram essa discussão ao analisar a gestão orgânica de conflitos nos empreendimentos femininos da RESF. Os autores identificaram que os conflitos não eram ocultados ou interpretados como ameaças à organização coletiva, mas tratados como parte constitutiva dos processos autogestionários,

funcionando como mecanismos de aprendizagem, ampliação da reciprocidade e consolidação dos vínculos entre as participantes.

Também no contexto feminino e rural, Oliveira et al. (2021) demonstraram que as práticas da Economia Solidária contribuíram para o fortalecimento organizativo de mulheres camponesas no interior da Bahia, favorecendo geração de renda, ampliação da participação social e maior autonomia feminina. Já Rodríguez Quiñónez et al. (2023), no contexto rural colombiano, identificaram que estratégias associativas baseadas na Economia Solidária contribuíram para a reorganização dos papéis econômicos femininos, enfrentamento do micromachismo e fortalecimento da autonomia coletiva das mulheres rurais.

Além disso, o projeto MULHERAR (2020), desenvolvido na Paraíba, demonstrou que o acompanhamento técnico e organizacional de empreendimentos solidários femininos favoreceu melhorias na formação técnica, na organização coletiva e na consolidação dos grupos produtivos, fortalecendo a Economia Solidária regional.

Em conjunto, os estudos analisados demonstram que as experiências femininas de Economia Solidária produzem efeitos que ultrapassam a esfera estritamente produtiva, incidindo diretamente sobre processos de reconhecimento social, reorganização subjetiva e transformação das relações de gênero.

A inserção das mulheres em espaços coletivos de gestão e decisão favoreceu ampliação do poder decisório, fortalecimento da participação política e construção de redes de solidariedade e apoio mútuo. Em diferentes contextos, os empreendimentos autogestionários apareceram associados à valorização dos saberes femininos, ao fortalecimento da autonomia econômica e à ampliação da participação das mulheres nos processos organizativos das comunidades. Esses elementos, mostram-se particularmente relevantes porque o reconhecimento ocupa lugar central na constituição da identidade e na

transformação do sofrimento em experiência potencialmente criativa (Dejours, 2004; Mendes, 2007).

Nos estudos analisados, o reconhecimento não apareceu restrito à valorização econômica da produção realizada, envolvendo também legitimação simbólica da participação feminina nos espaços coletivos de decisão, organização do trabalho e construção política da vida comunitária.

Essa dimensão mostra-se especialmente importante quando se considera que o trabalho feminino historicamente foi atravessado por processos de invisibilização, desvalorização simbólica e associação às atividades reprodutivas e de cuidado (Hirata, 2002; Kergoat, 2009). Nesse contexto as experiências investigadas favoreceram não apenas inserção produtiva, mas também produção de novos modos de reconhecimento social das trabalhadoras.

O corpus também sugere que as práticas cooperativas e associativas possibilitam formas coletivas de elaboração das dificuldades cotidianas do trabalho e da vida social. A circulação da palavra, o compartilhamento de experiências e a construção de estratégias coletivas frente aos conflitos organizacionais favoreceram fortalecimento dos vínculos entre as participantes e ampliação do pertencimento coletivo (Dejours, 2004; Mendes, 2007).

Para Dejours (2017), a cooperação constitui elemento indispensável para sustentação da saúde mental no trabalho, pois permite construção coletiva de acordos e estratégias frente às exigências do trabalho real. A literatura sugere que os espaços coletivos de diálogo favoreceram ampliação da confiança entre as participantes e fortalecimento das redes de reciprocidade construídas no cotidiano laboral.

Além disso, os artigos investigados aproximam-se das contribuições de Clot (2010), para quem o trabalho coletivo amplia o poder de agir dos sujeitos sobre sua própria atividade. A participação das mulheres nos processos autogestionários favoreceu maior apropriação da

organização do trabalho, ampliação da autonomia nas decisões cotidianas e fortalecimento da capacidade coletiva de enfrentamento das dificuldades concretas da atividade laboral.

Os estudos também indicam que os empreendimentos femininos funcionam como espaços de reconstrução identitária. Nessas experiências, muitas participantes ressignificam trajetórias marcadas por desigualdade e exclusão., especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades de gênero, precarização do trabalho e exclusão econômica. Conforme argumenta Molinier (2013), as experiências coletivas de trabalho podem produzir formas de reconhecimento mútuo capazes de sustentar processos subjetivos de valorização e pertencimento social.

Ao mesmo tempo, as experiências analisadas permanecem atravessadas por contradições relacionadas à divisão sexual do trabalho, à sobrecarga feminina e às exigências simultâneas da reprodução social e da sobrevivência econômica. Hirata (2016) destaca que a inserção das mulheres em espaços produtivos frequentemente não elimina a responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e pelo cuidado, produzindo sobreposição de jornadas e intensificação do trabalho.

Nesse sentido, embora a autogestão favoreça ampliação da autonomia e fortalecimento coletivo, os estudos demonstram que ela não elimina automaticamente desigualdades estruturais relacionadas às relações de gênero e às formas históricas de precarização do trabalho feminino.

De modo geral, as pesquisas desse eixo indicam que as experiências femininas de Economia Solidária constituem espaços importantes de participação coletiva, reconhecimento social e reorganização subjetiva do trabalho. Simultaneamente, revelam que tais experiências permanecem tensionadas pelas condições materiais e históricas que atravessam o trabalho feminino contemporâneo, expressando contradições entre emancipação coletiva, divisão sexual do trabalho e exigências de sobrevivência econômica.

Contradições entre Emancipação e Adaptação à Lógica Mercantil:

Embora os estudos analisados identifiquem importantes potencialidades emancipatórias nos Empreendimentos de Economia Solidária, a literatura também evidencia que os contextos investigados permanecem atravessadas por contradições estruturais relacionadas às dinâmicas contemporâneas do capitalismo. As exigências de sustentabilidade econômica, competitividade e permanência no mercado frequentemente tensionam os princípios cooperativos e democráticos que fundamentam a autogestão. Como consequência, emergem formas específicas de sofrimento, sobrecarga e intensificação do trabalho.

Nesse eixo, destacaram-se os estudos de Presta (2022), Pires e Lima (2017), Nogueira (2019), Kohn (2016) e Torres e Subirán (2021), os quais analisaram diferentes experiências cooperativas e fábricas recuperadas na América Latina, evidenciando os limites materiais e subjetivos enfrentados pelos trabalhadores nos contextos autogestionários.

Presta (2022), ao investigar cooperativas argentinas de software livre, identificou que as exigências de produtividade e sustentabilidade econômica frequentemente produziam processos de intensificação do trabalho e ampliação do tempo não remunerado. A autora observou que a lógica do engajamento coletivo e do comprometimento com a continuidade do empreendimento favorecia formas de autoexploração entre os próprios trabalhadores. Nesse contexto, jornadas ampliadas e flexibilização dos limites entre trabalho e vida pessoal passaram a ser naturalizadas.

De maneira semelhante, Pires e Lima (2017), ao analisarem fábricas recuperadas no Brasil, identificaram que diversos desses empreendimentos passaram progressivamente a reproduzir mecanismos organizacionais próximos às empresas capitalistas tradicionais. Os trabalhadores relataram maior participação nas decisões e redução das hierarquias formais.

Entretanto, os autores também observaram permanência de pressões produtivas, dificuldades financeiras e tensões relacionadas à gestão coletiva dos empreendimentos.

Nogueira (2019), ao investigar empresas pesqueiras recuperadas na Argentina, também identificou inseguranças econômicas persistentes e dificuldades relacionadas à reorganização coletiva do trabalho após a transição para modelos cooperativos. Os trabalhadores vivenciavam experiências de pertencimento coletivo e participação democrática. Ao mesmo tempo, permaneciam expostos a instabilidades materiais relacionadas à manutenção dos empreendimentos e às exigências do mercado.

Kohn (2016), ao discutir as transformações contemporâneas do trabalho em experiências autogestionárias, argumentam que os processos de precarização estrutural e fragmentação das identidades laborais produzem novas modalidades de sofrimento e instabilidade subjetiva. Segundo as autoras, mesmo organizações fundamentadas em princípios cooperativos permanecem inseridas nas dinâmicas neoliberais de flexibilização e insegurança do trabalho.

Torres e Subirán (2021), embora identifiquem processos importantes de aprendizagem política e reorganização democrática das relações de trabalho, também demonstram que a sustentação cotidiana da autogestão exige constante negociação de conflitos organizacionais, responsabilidades coletivas e dificuldades econômicas relacionadas à continuidade da cooperativa.

Tomados em conjunto, os artigos analisados mostram que a participação mais democrática e maior apropriação coletiva da atividade laboral não elimina automaticamente os constrangimentos estruturais impostos pelo capitalismo contemporâneo. Ao contrário, pressão organizacional não desaparece. Apenas muda de forma e como consequência, emergem novas formas de pressão relacionadas à manutenção econômica e política dos empreendimentos.

A revisão da literatura demonstra que o sofrimento laboral não desaparece nas experiências autogestionárias. Ao contrário, ele assume configurações específicas associadas à responsabilidade coletiva pela sobrevivência do empreendimento e pela manutenção cotidiana do trabalho (Dejours, 2004; Mendes, 2007; Molinier, 2003).

Em muitos casos, a ampliação da autonomia coletiva aparece articulada ao aumento do investimento subjetivo dos trabalhadores no trabalho. Desse modo, emergem formas ambivalentes de mobilização e desgaste psíquico.

Os achados do corpus também sugerem que os processos de cooperação e reconhecimento presentes na autogestão coexistem com conflitos organizacionais, disputas simbólicas e tensões relacionadas à divisão das responsabilidades coletivas.

Nessa direção, Enriquez (1997) argumenta que toda organização social é atravessada por relações de poder, ambivalências subjetivas e disputas de reconhecimento que não desaparecem automaticamente em estruturas democráticas ou horizontalizadas.

Em termos estruturais, as análises também dialogam com as formulações de Antunes (2009; 2018) acerca das transformações contemporâneas do trabalho. Para o autor, o capitalismo atual amplia formas flexíveis e precarizadas de exploração sustentadas pela intensificação do trabalho, instabilidade econômica e captura subjetiva do trabalhador. Os estudos investigados demonstram que a autogestão permanece tensionada pelas exigências materiais de reprodução econômica.

Desse modo, a autogestão não aparece como superação das contradições do trabalho contemporâneo, mas como forma específica de reorganizá-las coletivamente.

A autogestão favorece cooperação, reconhecimento e ampliação da autonomia coletiva. Entretanto, permanece tensionada pelas exigências materiais, permanece tensionada pelas exigências materiais de sobrevivência econômica, competitividade e reprodução social.

Assim, os empreendimentos autogestionários configuram-se simultaneamente como espaços de resistência às formas tradicionais de exploração do trabalho e como experiências tensionadas pela necessidade constante de adaptação às exigências mercantis e às condições estruturais de reprodução do capitalismo contemporâneo.

Considerações Finais

A presente revisão integrativa teve como principal objetivo compreender como a produção científica latino-americana tem discutido as relações entre subjetividade, autogestão e trabalho nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Os resultados permitiram evidenciar que os EES constituem experiências heterogêneas e contraditórias de reorganização do trabalho, atravessadas simultaneamente por potencialidades emancipatórias e pelos limites estruturais impostos pelas dinâmicas contemporâneas do capitalismo.

O estudo demonstrou que as iniciativas analisadas articulam participação coletiva, reconhecimento social e cooperação, ao mesmo tempo em que revelam tensões relacionadas à precarização do trabalho, às exigências de sustentabilidade econômica e à permanência de desigualdades sociais e de gênero.

Nessa perspectiva, os resultados permitem-nos compreender que os EES ultrapassam a condição de simples alternativas de geração de renda, configurando formas complexas de produção da vida coletiva. Nesses contextos, cooperação, reconhecimento e participação democrática coexistem com insegurança econômica, intensificação do trabalho e conflitos relacionados à sustentabilidade dos empreendimentos.

O que ultimamente evidencia que a autogestão não elimina o sofrimento no trabalho, mas reorganiza suas formas de expressão subjetiva. As pesquisas revisadas sugerem que os mesmos mecanismos que ampliam a participação coletiva, o pertencimento grupal e o poder de agir dos trabalhadores também podem intensificar responsabilizações, autoexigências e

formas de autoexploração vinculadas à necessidade permanente de garantir a sobrevivência econômica do coletivo. Assim, a principal contradição identificada refere-se ao fato de que a ampliação da autonomia e do engajamento subjetivo no trabalho pode produzir, simultaneamente, experiências de emancipação e de desgaste psíquico.

Nesse sentido, a literatura permite problematizar interpretações idealizadas da autogestão frequentemente presentes na literatura sobre Economia Solidária. Embora os EES ampliem espaços de deliberação coletiva, circulação da palavra e construção compartilhada da atividade laboral, eles permanecem inseridos em relações mercantis e submetidos às exigências de produtividade, competitividade e adaptação econômica próprias do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, a autogestão não suspende relações de poder, conflitos organizacionais ou mecanismos de exploração, mas produz modos específicos de vivenciá-los e administrá-los coletivamente.

No que tange as contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, percebe-se que essa teoria nos possibilita um olhar mais investigativo sobre os processos subjetivos envolvidos na experiência autogestionária, especialmente das relações entre sofrimento, reconhecimento, cooperação e saúde mental. Especialmente porque esse referencial, diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na estrutura produtiva ou na gestão organizacional permite compreender como os trabalhadores elaboram subjetivamente as contradições do trabalho coletivo, transformando ou não o sofrimento em mobilização subjetiva e ação coletiva.

Além disso, essa revisão evidencia uma lacuna importante na literatura da área. Observou-se que grande parte das pesquisas sobre Economia Solidária privilegia análises políticas, econômicas e organizacionais dos empreendimentos, dedicando menor atenção às experiências subjetivas dos trabalhadores e aos impactos psicossociais da autogestão. Ainda são escassos estudos que investiguem de forma sistemática sofrimento, reconhecimento,

estratégias defensivas, adoecimento psíquico e processos de subjetivação em contextos autogestionários.

Entretanto, os próprios limites desta revisão exigem cautela na generalização dos resultados da revisão. A predominância de estudos qualitativos, concentrados sobretudo nos contextos brasileiro e argentino, restringe a possibilidade de comparações mais amplas entre diferentes experiências de Economia Solidária. Além disso, a heterogeneidade conceitual observada na utilização do termo autogestão dificulta maior precisão analítica entre os estudos revisados. Também se identificou que parte significativa da produção analisada apresenta tendência normativa ou militante em relação aos EES, o que, em alguns casos, reduz a problematização crítica das contradições, conflitos e formas de sofrimento presentes nesses contextos.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação de pesquisas empíricas que articulem autogestão, saúde mental e organização coletiva do trabalho, especialmente estudos longitudinais e investigações voltadas às relações entre gênero, precarização, reconhecimento e sofrimento psíquico. Avançar nessa direção pode contribuir para uma compreensão menos idealizada e mais crítica das possibilidades e limites subjetivos da autogestão nas formas contemporâneas de trabalho coletivo.

Referências

- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2ª ed.). Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Cançado, A. C., Rigo, A. S., Iwamoto, H. M., & Pinheiro, L. S. (2019). Gestão social, autogestão e gestão democrática pela Navalha de Occam: Uma abordagem conceitual baseada na teoria dos conjuntos. *NAU Social*, 10(18), 17–26.
<https://doi.org/10.9771/ns.v10i18.31458>
- Campos, O., & Reis, R. (2020). Economia solidária, saúde mental e inclusão: Uma revisão de literatura. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 412–425. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto34478>
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Dashtipour, P., & Vidaillet, B. (2017). Work as affective experience: The contribution of psychodynamics of work. *Organization Studies*, 38(11), 1–18.
<https://doi.org/10.1177/0170840616685365>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27–34.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: Trabalho e emancipação*. Editora FGV.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: Casos clínicos*. Editora Blucher.
- Enriquez, E. (1997). *A organização em análise*. Vozes.
- Facchinetti, C. (2009). Maneiras de padecer, de fruir e de (se) construir: Sobre a psicodinâmica do trabalho e seu sujeito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16(4), 913–931. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000400004>

- Faria, J. H. (2009). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. Atlas.
- França Filho, G. C., & Laville, J.-L. (2004). *A economia solidária: Uma abordagem internacional*. Editora UFRGS.
- Gaiger, L. I. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 16(39), 181–211. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>
- Heras Monner Sans, A. I., Miano, M. A., & Pagotto, M. A. (2017). Una apuesta por la vida: Ética y estética en formas colectivo-solidarias. *Nómadas*, 46, 95–109.
- Hirata, H. (2016). Mulheres brasileiras: Relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. *Confins*, 26. <https://doi.org/10.4000/confins.10754>
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67–75). Editora UNESP.
- Kohn, C. B. W. (2016). Diversificación y fragmentación del mundo del trabajo en la hipermodernidad. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(2), 55–77.
- Lancman, S., & Sznclwar, L. I. (Orgs.). (2011). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ª ed.). Fiocruz.
- Mantovani, V., Oliveira, A., & Bono, J. (2022). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Interações*.
- Mattos, R. C., & Schlindwein, V. L. D. C. (2015). Reconhecimento e sofrimento no trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 123–132. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p123>
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas*. Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.

- Molinier, P. (2003). *L'étrangeté du travail: Essai sur la subjectivité dans les organisations*. Presses Universitaires de France.
- Molinier, P. (2013). *Le travail du care*. La Dispute.
- Nascimento, E. M., Amorim, R. L., Abreu, T. L., & Rolim, W. V. (2020). MULHERAR: Vivências e experiências solidárias. *Revista Gestão e Organizações*, 5(2), 49–68.
- Nogueira, M. L. (2019). Entre la precariedad y la autogestión: Reconfiguraciones en las subjetividades inherentes a los trabajadores de las empresas pesqueras recuperadas de Necochea y Quequén (Argentina). *Trabajo y Sociedad*, 32, 401–420.
- Oliveira, B. L. S. S., Silva, J. G. S., & Lima, L. R. O. (2021). Contribuição da economia solidária nas experiências da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana-Bahia-Brasil. *Revista Grifos*, 30(53), 118–137.
- Oliveira, D., Ferrarini, A., & Grzybovski, D. (2024). Inovação social rural em práticas de economia solidária no coletivo Cooptar (Sul do Brasil). *Cadernos EBAPE.BR*, 22(3).
- Page, M. J., et al. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pires, A. S., & Lima, J. C. (2017). Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: Os dilemas da gestão coletiva do trabalho. *Caderno CRH*, 30(79), 95–108.
- Presta, S. R. (2022). Trabajo y valor en procesos de trabajo cooperativos: Consideraciones a partir del caso de una cooperativa de software libre. *Estudios del Trabajo*, 63, 118–142. <https://ojs.aset.org.ar/revista/article/view/109>
- Ramalho, R. R. (2024). Modelo analítico sobre las empresas recuperadas argentinas: El circuito pedagógico de la recuperación. *Sociologias*, 26.
- Rodríguez, M. C., & Arqueros Mejica, M. S. (2020). De pacientes a discentes: Mujeres en la producción autogestionaria del hábitat. *Revista NODO*, 14(28), 58–73. <https://doi.org/10.54104/nodo.v14n28.416>

Rodríguez, M. C., & Arqueros Mejica, M. S. (2020). *De pacientes a discentes: mujeres en la producción autogestionaria del hábitat*. Revista NODO, 14(28), 58–73.

<https://doi.org/10.54104/nodo.v14n28.416>

Rodríguez Quiñónez, D. A., Gómez Mutis, S. A., Barbosa, W. Y. A., et al. (2023).

Emprendimiento rural generacional con enfoque de género: Experiencias significativas en el Magdalena Medio Colombiano. *Revista Boletín Redipe*, 12(3), 214–228.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.

Soares, M. N. M., Rebouças, S. M. D. P., & Lázaro, J. C. (2023). A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. *Organizações & Sociedade*, 30(106).

Soares, M. N. M., Rebouças, S. M. D. P., & Lázaro, J. C. (2024). A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. *Cadernos EBAPE.BR*, 22(3).

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

Takahashi, M. A. B. C., & Mandl, A. T. (2024). De “cachimbos” a operadores: Uma nova existência social na fábrica sob gestão operária. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 49.

Tealdo, J., Sotto, O., & Serafino, E. (2016). Fortalecimiento de la (auto)gestión de cooperativas de trabajo en el marco de la Economía Social y Solidaria en la ciudad de Santa Fe. *+E Revista de Extensión Universitaria*, 6(6), 134–145.

- Torres, M. A., & Subirán, C. A. (2021). Las empresas recuperadas por la vía de la autogestión en Tucumán: Consideraciones a partir de una experiencia del sector gastronómico. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas*, 27(2).
- Weisz Kohn, C. B. (2016). Diversificación y fragmentación del mundo del trabajo en la hipermodernidad. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(2), 55–77.
- Zanetoni, A. (2025). *Cooperativas tecnológicas y software libre en Argentina*. Universidad Nacional de Villa María.